

OS OBSTÁCULOS AO CÂNONE: CRUZ E SOUSA E A CRÍTICA LITERÁRIA DO SÉCULO XIX

Alice Vieira Barros (UFMG)

Resumo

Este artigo tenciona, mediante a consideração do conceito habermasiano de “esfera pública” (*öffentlichkeit*), analisar a recepção crítica da obra do poeta catarinense Cruz e Sousa e averiguar como a incompreensão de sua obra pela crítica literária brasileira do século XIX demonstra os problemas da formação de uma esfera pública na imprensa carioca finissecular. Tomando como base a narrativa dos sucessivos fracassos do poeta descritos na biografia escrita por Raimundo Magalhães Jr., foi possível elencar os empecilhos que se impuseram a Cruz e Sousa para inserir-se no meio intelectual de sua época, originados seja pelos preconceitos raciais vigentes numa sociedade em que a escravidão havia sido recém-abolida, seja pelas inovações estéticas trazidas pelo simbolismo numa cena literária ainda majoritariamente parnasiana. Para um panorama consistente da formação de uma esfera pública civil e crítica na Europa ocidental, foram importantes fontes os livros “Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa”, do filósofo Jünger Habermas e “Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês”, do historiador Reinhardt Koselleck. Para uma crítica do caráter universalista do conceito de “esfera pública”, foi fundamental a leitura do artigo “*Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy*”, de autoria da filósofa norte-americana Nancy Fraser.

Palavras-chave

Cruz e Sousa. Simbolismo. Crítica. Esfera pública.

Abstract

This article aims to analyse the critical reception of the Brazilian poet Cruz e Sousa, considering the concept “public sphere” (*öffentlichkeit*) developed by the philosopher Jünger Habermas and also to research how the critical reception of his poetic production by the literary Brazilian criticism of 19th century reveals the problems in the formation of a public sphere at Rio de Janeiro’s press. Supported by the narrative of the successive failures in poet’s life described in his biography written by Raimundo Magalhães Jr., we were able to identify the obstacles that were imposed to Cruz e Sousa while he tried to penetrate on the intellectual scene of his time, sometimes originated from racial prejudice in a society in which slavery had been recently abolished, sometimes because of the aesthetic innovations that symbolism brought to a literary scene still anachronic. For a consistent panorama of the development of a civil public sphere at occidental Europe, it was important the lecture of the books “The structural transformation of public sphere: an inquiry into a category of bourgeois society”, written by the philosopher Jünger Habermas and “Critique and crisis: Enlightenment and the pathogenesis of Modern society”, from the historian Reinhardt Koselleck. Finally, for a critical view of the universalist character of “public sphere”, it was fundamental the lecture of the article “*Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy*”, by the North American philosopher Nancy Fraser.

Key-words

Cruz e Sousa. Symbolism. Criticism. Public sphere.

Esfera pública e periferia

Muito já se criticou o conceito habermasiano de “esfera pública”, tomando-se como base a enorme distância que separa a idealidade do conceito de sua realização. Insere-se, nesse contexto, a análise crítica da filósofa Nancy Fraser, que critica o caráter propriamente “burguês” e “masculino” da esfera pública que se forma na Modernidade, alertando para a importância da formação de contra-públicos constituídos por minorias afastadas de uma esfera pública “oficial” ou “dominante” fundamentada numa série de exclusões (de gênero, classe e raça, por exemplo).

A crítica de Nancy Fraser parece bastante pertinente para que se pense nas dificuldades impostas a uma esfera pública em sua efetividade. Em verdade, embora o conceito habermasiano convoque a uma universalidade - até em termos linguísticos¹ -, a realização e concretude da “esfera pública” se dão nacionalmente – este fato implica numa série de problemas e empecilhos políticos. Para a reflexão que é construída neste artigo, contudo, a crítica de Nancy Fraser ao conceito de “esfera pública burguesa” ainda não aborda integralmente as insuficiências que subjazem a uma leitura histórica oficial e europeia da formação de uma esfera pública civil. Isso porque, se as minorias sociais já representam um desafio para uma concepção universalista de público, o que dizer da formação de uma esfera pública cosmopolita em países periféricos que ocuparam historicamente a posição político-econômica de colônias exploradas? O processo histórico de formação de uma esfera pública nos países latino-americanos, por exemplo, é uma narrativa *sui generis*. Com o Brasil não poderia ser diferente.

Ademais, não obstante Nancy Fraser tente identificar públicos excluídos da “esfera pública oficial” e “burguesa”, a maneira como Habermas aborda a constituição de uma *öffentlichkeit* na Modernidade (atendo-se, sobretudo, às profundas modificações estruturais promovidas pelo advento da Modernidade e do modelo de produção capitalista) parece pressupor uma heterogeneidade inerente ao público. É por isso que Habermas, como outros pensadores que refletem sobre as origens e a constituição de

¹ A palavra alemã *öffentlichkeit* suscita uma ideia que é perdida na tradução em português (“esfera pública”). A ideia original de fato remonta a um desejo de infinito e universalidade, posto que melhor explicitaríamos seu sentido se fosse traduzida por um neologismo derivado da palavra “abertura”. Algo como “abertura”.

uma esfera pública e crítica na sociedade civil, constata que, em determinado momento histórico, foi possível a existência de espaços de sociabilidade em que nobreza e burguesia (*la court et la ville*) mantinham status sociais, ao menos aparentemente, equivalentes. Havia, melhor exprimindo, espaços sociais de debate público – como cafés e salões – em que um código de comportamento garantia uma aparente dissolução das hierarquias sociais (aqui o critério que predomina é a instrução e a capacidade de usar a razão). Todavia, como transpor a ideia de uma heterogeneidade inerente ao público para um país como o Brasil, em que dificilmente seria possível estabelecer a diferenciação entre um público cultivado e um público erudito/especializado devido à sobrevivência do patriarcalismo e ao fato de que o público instruído foi sempre oriundo de uma mesma classe social e raça²?

Partindo dessas primeiras observações analíticas acerca das possibilidades e impossibilidades de se constituir uma esfera pública no Brasil, este artigo tenciona sondar a narrativa das desventuras do poeta catarinense Cruz e Sousa para inserir-se no cenário da imprensa brasileira, bem como a recepção crítica de suas primeiras obras – e como essas duas situações exemplificam e refletem a situação da esfera pública que se formava no Rio de Janeiro oitocentista.

Todas as tentativas de Cruz e Sousa de dar publicidade a sua produção jornalística e literária parecem ter resultado no mais absoluto fracasso, conforme é possível verificar na sua curiosa biografia escrita por Raimundo Magalhães Júnior. Pretendemos neste artigo, recapitulando esses eventos da vida do poeta, estabelecer um breve panorama da circulação da imprensa brasileira do final do século XIX e investigar os empecilhos (muitas vezes advindos do preconceito racial que vigorava na sociedade brasileira da época) que se impuseram a Cruz e Sousa para que atingisse o merecido destaque na cena pública nacional.

O círculo dos fracassos

O primeiro jornal em que Cruz e Sousa colaborou chamava-se “Colombo”, fundado em 1881 por ele e seus conterrâneos amigos Virgílio Várzea e Manuel dos Santos Lostada, definido pelos autores como “Periódico Crítico e Literário”. Embora

² Cf. a distinção estabelecida entre os dois conceitos pelo filósofo alemão Erich Auerbach em *Literary language & its public in late latin antiquity and in the middle ages*. New York: Bollingen Foundation, 1965.

nenhum dos jovens tivesse ainda constituído um cabedal literário e cultural suficiente para produzir grandes textos críticos, na provinciana cidade de nome “Desterro” a própria tentativa de se fundar um periódico de crítica e literatura já parecia revolucionária.

Ainda em Desterro, Cruz e Sousa assumiria o cargo de redator do jornal “O Moleque”. O contexto, no entanto, não parecia favorável a uma publicação que tinha viés crítico ácido e pretensões humorísticas. Ainda mais se a redação fosse conduzida por um negro, naqueles anos de embate entre a campanha abolicionista e as forças conservadoras. Não apenas o jornal não conseguiu manter-se, como houve um episódio fatídico que traduz muito bem a mentalidade da época: jovem, cheio de entusiasmo e muito contaminado pelo furor republicano dos ainda frescos acontecimentos políticos na França que derrubaram o Antigo Regime, Cruz e Sousa redige um texto em “O Moleque” saudando a queda da Bastilha. Suas ânsias de modernidade política não pareciam contar muito, pois, a 14 de julho de 1885, houve um banquete da colônia francesa no “Grande Hotel”, em comemoração à data nacional na França. O desbocado redator de “O Moleque” não iria compor a lista de convidados.

Mais tarde, Cruz e Sousa e seu amigo escritor Virgílio Várzea colaborariam no “Jornal do Comércio”. A observação é importante porque revela que não era fácil para um escritor lançar-se no meio intelectual, atingir notoriedade e dar publicidade ao seu trabalho. Prova disso é que, na ausência de um meio favorável ao debate de ideias e produções intelectuais, iniciaram Cruz e Sousa e seu amigo um burlesco ritual de elogios mútuos no jornal. Cada um encontrava no outro autor arroubos de genialidade que, à época, nenhum possuía. Embora a situação pareça patética, é emblemática das dificuldades encontradas por um escritor para inserir-se no meio literário do Brasil finissecular, sobretudo se distante do Rio de Janeiro, o grande polo da imprensa e da circulação de informações.

Contudo, nem mesmo no Rio de Janeiro o poeta encontraria melhor destino e maior receptividade na imprensa. Seu amigo Virgílio Várzea, que havia se mudado antes para a capital federal, havia lhe alertado em carta a situação da imprensa local, em que as posições já estavam muito bem delimitadas, garantindo benefícios para os anacrônicos parnasianos e para os que travavam boas relações com as figuras públicas e políticas importantes ou conseguiam a proteção de membros da elite econômica carioca mediante bajulações:

Eu e o Oscar, fora da roda dos Valentins, dos Bousquets, Carneiros (um safado e um burro, que deve morrer quanto antes), etc., somos os únicos aqui que ganhamos de literatura, mais ninguém, o que tem admirado profundamente a todos, inclusive os próprios homens de letras. Quando se diz, em certas rodas, Virgílio Várzea ganha dinheiro na Cidade do Rio, no País, no Novidades, todo o mundo fica estupidificado. E daí uma inveja e uma guerra surda que ronca por todos os lados contra mim. (MAGALHÃES Jr., 1975, p.158-159)

Conquanto deva existir algum exagero na carta de Virgílio, de natureza extremamente cabotina, suas palavras refletem muito provavelmente a situação do Rio de Janeiro, em que os escritores bem sucedidos deveriam estar associados a importantes famílias da “nova” República Velha e deveriam seguir as orientações estéticas das escolas literárias dominantes. Cruz e Sousa nunca fez concessões e isso lhe custaria muito caro. Afinal, recebeu um salário miserável para trabalhar no jornal “Cidade do Rio” e, ademais, um dos jornais que serviriam para a divulgação do trabalho de seu grupo literário sofreria com as deambulações políticas da República Velha: acusado de anti-florianismo, seriam presos o diretor do jornal “Novidades” e seu repórter político.

As tentativas de inovação literária no Rio seriam intermitentemente frustradas. Mesmo o círculo literário que se formou ao redor de Cruz e Sousa, com jovens dispostos a romper os imperativos estéticos vigentes na literatura nacional e renovar a expressão poética, não teria o eco desejado. Nas palavras de Afrânio Coutinho, em nota editorial da primeira edição da obra completa de Cruz e Sousa:

Ao romper a década de 1890, grupos de jovens intelectuais inquietos mostravam-se descontentes com os cânones literários dominantes, os do Naturalismo-Parnasianismo, e se aglomeravam em torno de novos ideais estéticos, conhecidos como “decadentistas”, de inspiração francesa. [...] O grupo literário dominante no Brasil continuaria, no entanto, o do Parnasianismo, o que resultou na sufocação do Simbolismo, que viveu mais ou menos marginalmente, desatenta por isso a opinião pública aos seus valores e ao que representava (COUTINHO: 1995, p.15).

Tempos sombrios para o simbolismo e para quem ousasse modificar as formas de expressão poética já canonizadas. Ainda mais terrível para Cruz e Sousa, na condição de poeta negro num país em que a escravidão havia sido recém abolida. Interessado em novas formas de expressão poética e desejoso de exprimir a força simbólica do inefável,

não encontraria um ambiente receptivo para sua poesia nem para suas ideias de hiperesteta. Gradativamente, fechar-se-lhe-iam todas as portas.

Mesmo a derradeira tentativa inovadora de Cruz e Sousa de inserir-se na imprensa carioca também não teria destino melhor. O poeta estava imbuído da necessidade de fundar a “Revista dos Novos”, que congregaria o grupo literário dos “simbolistas” e “decadentistas”. Mas seu projeto não teve prosseguimento e contou inclusive com a dissidência de seu amigo Gonzaga Duque, que, com outro membro dos “novos” (o escritor Lima Campos), fundaria outras revistas.

A recepção crítica

Para estabelecer uma definição inicial de “esfera pública”, tal como ela se consolidou na Modernidade, dando ênfase às mudanças estruturais que ela representava, provenientes das profundas alterações provocadas pelo capitalismo industrial na circulação de mercadorias e informações (estas últimas também passando a constituir mercadorias), Habermas afirma:

A esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social. O meio dessa discussão política não tem, de modo peculiar e histórico, um modelo anterior: a racionalização pública. (HABERMAS, 1984, p.42)

Esta sintética explanação do conceito de “esfera pública burguesa”, cujo nascimento seria suscitado pelo Absolutismo e, ao mesmo tempo, dialeticamente, sua existência implicaria na dissolução do Antigo Regime, demonstra que a esfera da racionalização pública é uma esfera da crítica. Por isso, desde os primórdios, embora tenha surgido com a regulamentação da autoridade, a esfera pública pôde voltar-se contra essa mesma autoridade e contribuir para a queda do Absolutismo. Porque o espaço da esfera pública é o espaço do debate, não apenas do consenso, mas também do dissenso.

Pensando no caráter crítico da esfera pública, que foi levado às últimas conseqüências pelos pensadores iluministas europeus³, parece no mínimo curioso que, em 3 de dezembro de 1893, talvez à guisa de crítica, na seção “A pedidos” do jornal carioca “Gazeta de Notícias”, tenha saído o seguinte soneto assinado pelo pseudônimo Souza e Cruz (como para explicitar que se tratava de uma pilhéria sobre um dos escritores mais odiados nos círculos boêmios cariocas – o poeta simbolista Cruz e Sousa):

Flava, bizarra, álaque e cintilante,
Na Epopéia de rufos de tambores,
Surge a manhã dos místicos vapores
Do Levante irial, purpurejante...

Gargalha o sol, - o Deus enamorante,
Cristais brunindo e rútilos fulgores
Na comunhão dos rubros esplendores,
N'África rude, bárbara, distante.

E vinha então, torcicolosamente,
Numa dança macabra a turba ardente
De pretinhos a rir, trajando tanga...

Festa convulsa, exata d'Alegria,
Fandangos, Bonzos, - tudo enfim havia/
Missais, Broquéis, Pipocas, Bugigangas...

O autor anônimo (que poderia ser muitos dentre os inúmeros entusiastas do parnasianismo que achavam uma aberração as novidades de expressão poética trazidas pela publicação de “Broquéis”) parece ter elencado, para fins de chacota, todas as expressões recorrentes no livro de versos de Cruz e Sousa e tudo o que pareciam ser cacoetes da escola literária dos “nefelibatas”, para, ao fim, remeter às origens africanas do poeta, ridicularizando sua condição de negro. Vê-se que de fato havia jornais e uma imprensa local, mas, evidentemente, o critério de uso público da razão não parecia suprimir as hierarquias sociais. Elas estavam muito bem consolidadas no Rio de Janeiro do final do século XIX.

Parece bastante difícil encontrar no soneto jocoso um viés realmente crítico, sobretudo se pensarmos no conceito de “crítica” em suas raízes. Nas palavras do historiador alemão Reinhart Koselleck: “A palavra *Kritik*, crítica (em francês, *crise*; em inglês, *critick*, hoje apenas *criticism*) tem em comum com *Krise* (em francês, *crise*;

³ Cf. KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

em inglês *crisis*) a origem grega, a partir do verbo κρινω: separar, eleger, julgar, decidir, medir, lutar, combater. A mesma raiz, kri-, encontra-se no latim *cerno* e *cribrum*; em francês *crible*; e em alto-alemão moderno, *reiter*, isto é, crivo”. (KOSELLECK: 1999, p. 202).

Nada mais avesso à crítica literária brasileira de fins do século XIX que a ideia sugerida pela imagem do crivo: não havia separação ou seleção na análise literária, não havia recursos verdadeiramente objetivos que permitissem uma atividade judicativa consistente das obras literárias. As críticas baseavam-se ou em impressões meramente subjetivas sem nenhuma correspondência com o que de fato as obras tencionavam expressar, ou eram imbuídas de intenções analíticas pré-determinadas totalmente exteriores à obra. Certamente ainda vigorava o desejo de se produzir uma literatura independente e “empenhada” (“empenhada” no sentido em que utiliza o termo o crítico Antônio Cândido⁴, ou seja, como uma literatura nacional desejosa de eliminar a dependência cultural da Europa e de afirmar-se). Talvez por isso os críticos mais famosos da época (Sílvio Romero, Araripe Júnior e José Veríssimo) tivessem emitido juízos tão desfavoráveis às obras de Cruz e Sousa (sobretudo “Missal”).

José Veríssimo, por exemplo, crente que o simbolismo brasileiro não passava de pretenciosa imitação de mau gosto do simbolismo europeu, viu em “Missal” apenas “(...) Uma ingênua presunção, nenhum pudor em elogiar-se e, sobretudo, nenhuma compreensão, ou sequer intuição do movimento artístico que pretende seguir, completam a impressão que deixa este livro em que as palavras servem para não dizer nada.” (VERÍSSIMO: 1975, p.209). Para uma literatura ainda profundamente afetada pelos preciosismos gramaticais e rigores formais parnasianos, contraditoriamente atrasada em relação às produções literárias vigentes na Europa e, ao mesmo tempo, desejosa de dar a contribuição brasileira ao mundo europeu, talvez, de fato, “Missal” não tivesse nada a comunicar.

Araripe Júnior esboçou julgamento menos depreciativo, no entanto, as próprias qualidades que vislumbrou no poeta não possuíam nenhuma correspondência com as características de sua expressão poética, associando-se a pressupostos racistas e de caráter mesológico que transformam Cruz e Sousa num negro descendente de africanos inebriado e “maravilhado” diante das descobertas da civilização ocidental. (ARARIPE Jr.: 1975, p. 207).

⁴ Cf. CÂNDIDO, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. São Paulo: EDUSP, 1975.

Conclusão

Todos os repetidos fracassos de Cruz e Sousa, bem como a total incompreensão crítica de sua obra na época parecem sugerir que uma ideia normativa de “esfera pública” não teria nenhuma aplicação no contexto do Brasil oitocentista. Em contrapartida, se não idealizarmos o conceito a ponto de torná-lo irrealizável (crítica que se atribuiu ao próprio Habermas, por ter abordado a formação de uma esfera pública e, em seguida, a sua degeneração), somos convidados a pensar que havia sim uma esfera pública na capital federal à época do poeta, embora ainda em formação, incipiente, bastante precária e distante de um ideal de acessibilidade.

Prova disso é a própria revisão crítica posterior, que possibilitou a glória póstuma a Cruz e Sousa e sua ascensão ao status de cânone. Jamais teria sido possível uma revisão crítica se não houvesse o mínimo espaço para um embate entre discursos que se digladiavam. Serve de exemplo mor a anedota da conversão do crítico Sílvio Romero à causa do poeta narrada por seu biógrafo Raimundo Magalhães Júnior. Mediante a insistência do novo vizinho de Sílvio Romero - Nestor Vítor, amigo fiel do poeta e defensor caloroso da poética de Cruz e Sousa -, que lhe apresentava produções inéditas do poeta, o intransigente Sílvio Romero passou a reconhecer o mérito de Cruz e Sousa.

Seria difícil encontrar outro motivo que não o poder de convencimento da razão nos debates críticos para a mudança de opinião de Sílvio Romero. A princípio bastante avesso ao simbolismo brasileiro, tornar-se-ia depois o crítico que viu em Cruz e Sousa “o ponto culminante da lírica brasileira em quatrocentos anos de existência”. Tal mudança de perspectiva nos leva a pensar que, não obstante a precariedade da esfera pública brasileira de então, os pequenos espaços de debate crítico teriam uma importância fulcral para uma reavaliação posterior da obra do poeta.

Referências

AUERBACH, Erich. *Literary language & its public in late latin antiquity and in the middle ages*. New York: Bollingen Foundation, 1965.

CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. São Paulo: EDUSP, 1975.

FRASER, Nancy. *Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy*. In: *Habermas and the public sphere*. Londres: The Mit Press, 1996.

HABERMAS, Jünger. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Trad.: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

KOSELLECK, Reinhardt. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Trad.: Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

MAGALHÃES Jr., Raimundo. *Poesia e vida de Cruz e Sousa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

SOUSA, João da Cruz e. *Obra completa*. Organização: Andrade Muricy. Atualização e notas: Alexei Bueno. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995.